



# IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA

## IV Simpósio Lusobrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

**Wilson Vieira Júnior**- wilsonvieirajr@gmail.com

Historiador, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília

Coordenador do Arquivo Público do Distrito Federal

Pesquisador do Grupo de Pesquisa CNPq Cartografia Histórica FAU / UnB

**Lenora de Castro Barbo**- lenorabarbo@gmail.com

Arquiteta e urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília

Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Cartografia Histórica FAU / UnB

## CASA DE CÂMARA E CADEIA DA CAPITANIA DE GOYAZ: ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO

### Resumo

A primitiva Casa de Câmara e Cadeia devia existir há cerca de duas décadas, quando, em 1746, os oficiais da Câmara solicitaram ao rei D. João V a autorização para construção de nova cadeia e pelourinho em Vila Boa, conforme documento encontrado no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino - AHU. A nova Casa de Câmara e Cadeia foi concluída no ano de 1766, quando o ouvidor geral de Goiás remeteu de Vila Boa ao rei D. José I a planta do novo prédio, provavelmente para ilustrar ao soberano português o que havia sido feito. O que parece indicar que o projeto da Casa de Câmara e Cadeia não foi produzido em Portugal, mas sim no Brasil, talvez elaborado em plena Vila Boa, capital da Capitania de Goiás, o que contradiz praticamente todos os autores que, até agora, se debruçaram sobre o assunto. Os objetivos da pesquisa são a revisão, com base em fontes documentais, da autoria e dos argumentos que motivaram a construção do prédio da Casa de Câmara e Cadeia no século XVIII, na então sede da Capitania de Goiás. Como metodologia, utilizou-se a revisão da bibliografia sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Goiás e a pesquisa em documentos manuscritos e iconográficos referentes a Capitania de Goiás, encontrados no AHU. As informações resultantes da análise dos textos de autores selecionados, confrontadas com os documentos do acervo Ultramarino, revelaram contradições e levaram à constatação da necessidade de revisitar os dados históricos e reavaliar a participação de personagens históricos. Esta pesquisa contribui para o enriquecimento de informação a ser utilizado pelo Museu das Bandeiras, como também para o inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN e para a catalogação de acervos na Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, ampliando as informações documentais e favorecendo instituições e pesquisadores.

**Palavras-chave:** Câmara e Cadeia; Goyaz

### Abstract

The original House and Jail House had existed for nearly two decades when, in 1746 the officers of the Board asked the King John V authorization for construction of new jail and pillory in Vila Boa, as found in the document collection of the Overseas Historical Archive - AHU. The new Chamber House and Jail was completed in 1766, when the judge in Goiás Vila Boa sent to the King Joseph I plant the new building, probably for the Portuguese sovereign illustrate what had been done.

What seems to indicate that the project of Holiday House and Jail was not produced in Portugal, but in Brazil, perhaps developed in Vila Boa, capital of the Province of Goiás, which contradicts virtually all authors who, until now, looked into the matter.

The research objectives are the review, based on documentary sources, written and arguments that led to the building of the House of Chamber and Chain in the eighteenth century, the then headquarters of the Province of Goiás. The methodology used to review of the literature about the House of Chamber and Chain of Goiás and research manuscripts and iconographical documents related to the captaincy of Goiás, found in the AHU. The information obtained from analysis of the texts of selected authors, confronted with the documents of the *acquis Overseas* revealed contradictions and led to the realization of the need to revisit the historical data and reassess the participation of historical characters. This research contributes to the enrichment of information to be used by the Museum of Flags, as well as for the inventory of real estate by IPHAN and the cataloging of collections at the National Library and the Overseas Historical Archive, Project Rescue, expanding and promoting the documentary information institutions and researchers.

**Keywords:** Board and Prison; Goyaz

## **Introdução**

A Casa de Câmara e Cadeia da antiga capital da capitania de Goyaz, Vila Boa, descansa solenemente no alto do Largo do Chafariz da atual cidade de Goiás. O grande sobrado, com pavimentos térreo e superior, grossas paredes de taipa de pilão, entremeadas com pedras, e janelas gradeadas compõe o conjunto arquitetônico e urbanístico oficialmente preservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 1978, e o Centro Histórico de Goiás reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001. Desde 1950, a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa não mais encerra presos em seus cômodos. Transformada no Museu das Bandeiras, abriga exposições temáticas sobre o processo de ocupação colonial no Planalto Central e possui acervo documental do período colonial à disposição de pesquisadores.

A “Casa” de Goiás está relacionada entre os relevantes edifícios históricos construídos no Brasil colonial voltados para a função de cárcere e assembléia, atesta tal fato o importante estudo realizado pelo arquiteto Paulo Tedim Barreto (1978, p. 101-253), no qual descreve as origens, o programa e as técnicas construtivas das Casas de Câmara e Cadeia, material produzido para o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e publicado em 1947 na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

Buscando contextualizar a precedência das Casas de Câmara e Cadeia, Barreto, remete suas origens e atribuições ao estabelecimento da comuna medieval na Europa. A comuna surgiu como movimento de contestação a hierarquia feudal, aconteceu tanto no campo como nas cidades. Em princípios do século XI, grupos burgueses organizados nas comunas citadinas lutavam pelos seus interesses frente ao poder senhorial, era o movimento que tendia pela autonomia em relação ao poder feudal, como explica Hilário Franco Junior (2001).

As comunas representaram uma novidade política não apenas na sua relação com os poderes tradicionais, mas também na sua organização interna. No primeiro momento seu regime político foi o consulado, com um grupo de funcionários (cônsules) eleitos defendendo poderes executivos e judiciais. Para controlá-lo, havia uma assembléia inicialmente formada por todos os cidadãos e depois por um certo número deles escolhido por eleição ou sorteio. Num segundo momento, diante das crescentes disputas internas da camada dirigente, passou-se a entregar o poder a uma só pessoa, de fora da cidade e portanto neutra nos seus conflitos, o podestà (“regedor”).

A organização das comunas era regida por acordos contratuais calcados em antigas práticas fundamentadas na estrutura das tribos germânicas, na qual os membros da sociedade estabeleciam compromissos entre si de proteção, apoio e confiança.

Esse contratualismo presente nas atitudes mentais da Idade Média tinha originado nos séculos XII-XIII uma grande variedade de agrupamentos com determinados interesses a defender, das corporações de ofício às universidades, das comunidades juramentadas burguesas às heresias. Indo ao encontro disso, a redescoberta e a revalorização do pensamento aristotélico trouxeram à tona, no século XIII, a idéia de que o poder da assembléia popular estava baseado no direito natural. Assim, tanto por parte dos monarcas que buscavam apoio para suas decisões quanto por parte daqueles que pretendiam impedir eventuais abusos da realeza, as assembleias representativas ganharam importância desde meados do século XIV. Especialmente na tarefa legislativa, a partir do princípio “o que afeta a todos deve ser aprovado por todos”, presente no Direito feudal e também no Direito Romano, que recuperava terreno desde o século XII. (op. cit.)

Portugal abriga em Bragança o mais antigo exemplar de uma casa municipal surgida no contexto da comuna, a *Domus Municipalis*, cujo programa foi assim descrito por Barreto (1978, p. 107):

[A *Domus Municipalis*] Tradicionalmente, é a sede da administração e da justiça, e se colocou sempre no lugar de honra da cidade, isto é, na praça central ou do mercado. Algumas casas municipais possuem pórticos destinados a feiras e mercados, e outras são precedidas de escadarias ou então, possuem varandas para os pregões. Centralizando o edifício coloca-se, em geral, a torre, onde se instalam os sinos que comandam a vida da cidade. O *Domus Municipalis* contém a cadeia, o arsenal das milícias, as salas de reuniões para os magistrados, acompanhadas, por vezes, de outras salas e de uma capela. As salas e reuniões eram abertas sobre a fachada principal e ladeavam, quase sempre a torre.

Com influências românicas, possui um sala de assembléia sobre uma cisterna (Figura 1). A característica austera e semelhante a um fortim da *Domus Municipalis* de Bragança, parece ter influenciado o aspecto das edificações que se tornariam em Portugal os Paços do Concelho e no Brasil colonial as Casas de Câmara e Cadeia.

Figurava então a casa municipal com um papel fundamental no desenvolver dos municípios. Portugal do século XIV organizava-se em concelhos, e nas cidades muradas as casas municipais representavam certa autonomia em relação a monarquia, seja pela organização popular que resultou na origem dos concelhos, seja na escolha intramuros dos administradores e dos magistrados, seja pela captação e governo de suas finanças. Contudo, não era de forma isolada, distante das influências do poder centralizador do monarca português que os concelhos eram administrados. No decorrer do século XIV o monarca instituiu cada vez mais sua participação recorrendo ao uso de funcionários reais enviados regularmente às províncias com o intuito de verificar o andamento da administração, justiça, fazenda e defesa dos interesses reais. A figura do “juiz-de-fora” é um dos exemplos mais contundentes da intromissão real nos concelhos, concebida na autoridade de um magistrado externo ao município que anulava o poder dos juizes e arbitrava as pendengas locais.

Era no Paço do Concelho, sempre instalado na praça em posição de destaque, o local em que os representantes dos municípios se reuniam e deliberavam. A torre sineira, peça reguladora da vida municipal, por vezes convocava o povo a participar, reunido na praça deliberava junto com os membros da Câmara sobre questões de relevante gravidade para o município. No programa dos Paços dos Concelhos, havia as salas destinadas a administração e ao judiciário, e também o espaço reservado aos presos e sentenciados, que

poderiam por vezes serem encarcerados em torres destinadas ou convertidas a este fim. Considerando o período do século XV ao XX, é possível observar que os elementos constituidores do programa dos Paços dos Concelhos, ou seja, o edifício austero e imponente, com pavimentos, e a torre sineira, permaneceram compondo o conjunto construído (Figura 2).

### **Do Arraial de Santana à Vila Boa**

Localizada no coração do planalto central brasileiro e distante aproximadamente 1300m do litoral, a cidade de Goiás está construída entre duas séries de colinas – Morros Dom Francisco e Chapéu de Padre ao leste, Cantagalo e Santa Bárbara no noroeste. Dez quilômetros ao sul, o longo cume da Serra Dourada domina a paisagem. Cronistas antigos escreveram acerca da profunda impressão que causou no imaginário das expedições de 1722 e 1726, a descoberta da serra que brilhava com reflexos, ora de prata, ora de ouro: Serra Dourada. A Cidade de Goiás surge como arraial de Sant'Anna no ano de 1726 durante a corrida do ouro pelos sertões da capitania de São Paulo. No traçado dos ranchos mineradores, as casas de pau-a-pique com cobertura de palha, acomodadas na margem do rio aurífero delineavam o risco organizador do espaço. Os ranchos alinhados no declive em direção ao rio Vermelho (parte baixa) possuíam na outra extremidade no ponto mais alto do arraial a igreja, uma pequena e simples capela com a santa homenageada e próximo a casa do detentor dos direitos de exploração e descobridor das minas, o capitão Bartolomeu Bueno, o Anhanguera filho. A rústica capela e a residência do Anhanguera delimitavam o que anos mais adiante seria a praça da Matriz (Figura 3).

O arraial ligava-se a São Paulo e Cuiabá por meio da Estrada Real que tinha seu contorno obedecendo a disposição espacial dos ranchos de palha, o local da mineração e da igreja. Em 1736, por meio de uma Carta Régia, o Rei de Portugal determinou a fundação de uma vila destinada a sediar a administração de uma nova Capitania, a ser desmembrada da Capitania de São Paulo. Em 1739, o arraial foi elevado a categoria de vila e passou a denominar-se Vila Boa de Goiás, Boa em homenagem ao seu descobridor e Goiás em referência aos indígenas que habitavam a região abraçada pelas formações rochosas da Serra Dourada. Como vila a cidade já possuía a Casa de Câmara e Cadeia, o pelourinho, e a igreja matriz, os ranchos garimpeiros aos poucos passaram a tornar-se moradias mais sólidas, porém simples, térreas com as portas e janelas para as ruas e coladas umas as outras sem espaços cegos. Completadas pelas intimidades dos quintais para os fundos, reclusos em contraposição a sociabilidade aberta da porta dianteira da residência para a rua. No ano de 1749, Vila Boa de Goiás se tornou a sede do Governo da Capitania, depois da Província e Estado de Goiás até 1937.

Vila Boa dividia-se em dois bairros limitados pelo rio Vermelho: Rosário e Sant'Anna. O primeiro, sítio no qual os negros fundaram a igreja da sua confraria, preterido em relação ao segundo na escolha pelo local de assentamento dos monumentos do poder. Ordens reais foram enviadas à vila determinando que se edificasse no bairro de Sant'Anna, ao redor dos ícones do poder administrativo-religioso-judiciário-militar e impedissem de se fazer casas no Rosário. Infrutíferas tentativas reais, como abordado por Michel de Certeau o homem ordinário paramentado das “artes de fazer” subverte a ordem urbanística e planta-se no espaço ocupando-o e dando sentido ao cotidiano, contribuindo a sua maneira para o desenrolar da vida muitas vezes no

sentido contrário às razões técnicas ordenadoras. Quem era mais senhor de Vila Boa: o habitante ou o rei português?

Observando os anônimos *Prospectos de Vila Boa em 1751* (Figura 4) percebemos toda a cidade de casas baixas, com espaços entre edifícios e vazios a completar. Destacam-se as igrejas Matriz de Sant'Anna e a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos com os prédios altos até então construídos e a primitiva Casa de Câmara e Cadeia.

As futuras praças ou largos da Matriz e da cadeia estão por se definir, com a igreja da Boa Morte intermediando os dois espaços. Na *Perspectiva de Vila Boa de Goyaz* de 1803, (Figura 5) os largos estão definidos, a Casa de Câmara e Cadeia na parte mais alta do povoado delimita junto com o Quartel Militar, o Chafariz de Cauda e o passeio público com as casas o largo acima ao da Matriz, que defini-se pela igreja da Boa Morte, o Palácio do Governo, a própria igreja Matriz, a Real Fazenda e casas dos senhores mais abastados.

### **Nova Casa de Câmara e Cadeia para Vila Boa de Goyaz**

Era início do ano de 1746, na cronologia histórica do povoado, vinte anos já haviam se passado da fundação do arraial de Sant'Anna que a sete anos ostentava o título de vila com o nome alterado para Vila Boa. A primitiva Casa de Câmara e Cadeia (Figura 6) deveria existir pelo menos a duas décadas, quando os oficiais da Câmara solicitaram ao rei D. João V a autorização para construção de nova cadeia e pelourinho em Vila Boa<sup>1</sup>, conforme documento encontrado no acervo referente a Goiás do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

Em 1746 a busca pelo ouro promoveu a dispersão de mineradores e a fundação de arraiais pelas regiões do centro, do norte e do sul de Goiás, nesse ano praticamente todos os núcleos minerais conhecidos do século XVIII já haviam sido descobertos. Numa tentativa de estimar a população da capitania de Goiás, nos imprecisos dados dos primeiros anos coloniais, Palacín, Garcia & Amado (2001, p. 60) com base em informações dos registros do imposto de capitação sobre os escravos empregados na mineração, sugerem que em 1736 deveriam existir em torno de 10.000 escravos para uma população de 15.000, em 1750 seriam 20.000 escravos para uma população de 35.000 habitantes. Pela dinâmica exploratória, levas de migrantes avançaram em direção aos descobertos, e num constante movimento de lavra em lavra a vida deveria transcorrer em meio a violência, improvisações, controle tributário e administrativo do governo, enfrentamento com índios, negociações entre mineradores, um sorte de situações que justificava a necessidade de se construir uma nova Casa de Câmara e Cadeia para lidar com tão intensa expansão e suas consequências norteadas pela febre do ouro.

Em carta enviada de Lisboa, datada de 27 de outubro de 1761, o rei D. José I (1750-1777) instruiu ao novo capitão-general da capitania de Goiás, João Manoel de Mello (1759-1770), sobre as atitudes a tomar em relação aos índios e a construção de cadeias seguras na capitania que cumprissem os objetivos de punir e evitar a fuga de prisioneiros, o que vinha ocorrendo facilmente, como manifestado no trecho do documento transcrito a seguir<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 4, D. 300.

<sup>2</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 18, D. 1060.

Pedindo  
ao mesmo tempo huma providencia ef=  
ficaz para serem castigados aquelles  
Barbaros [índios], e dos assassinatos que conti=  
nuamente se estão praticando nessa  
Capitania pela difficuldade do casti=  
go, e pouca Segurança das Cadeas das  
quais pelo decurso do tempo fogem  
os Prezos de modo ordinario: E atten=  
dendo ao referido, e por confiar da Vos  
sa Religião, probidade e prudencia,  
que  
que em tudo o de que fores encarregado  
dareis aquella boa Conta, que de Vos  
confiei quando vos encarreguei desse  
Governo. Hey por bem participar-vos  
as amplas, e efficazes Instrucçoens, que  
se expediram a Dom Antonio Rolim  
de Moura Governador, e Capitam  
General do Matto Grosso com as dattas  
de 7 de Julho de 1757, 22 e 26 de A=  
gosto de 1758, com as jurisdiçoens que  
fui servido conceder-lhe pela Carta  
Regia, que na mesma occaziaõ lhe  
foi expedir, as quaes fareis praticar  
nessa Capitania, em tudo o que a  
vossa prudencia as achar applicaveis,  
Meus Vassallos: Sou Servido, que lo=  
go procureis, que se edefiquem Cadeas  
Seguras, e tão solidas, que dellas não  
possam fugir os Criminosos: Appli=  
cando a esta despeza os bens das Ca  
meras, as restituçoens que a ellas se  
fizerem pelos descaminhos das Suas  
Rendas; e que as mais condenaçoens,  
que daqui em diante se fizerem sejaõ  
para a dita obra até se acabar; como tão=  
bem que os Reos que merecerem penas  
corporaes sejaõ condenados a traba=  
lharem na mesma Obra com calce=  
ta; mas sem alguma Nota de in=  
famia, quando a não tiverem anexa  
os crimes, que houverem cometido.  
Escripta no Palacio de Nossa Senho=  
ra da Ajuda a 27 de Outubro de/de 1761, REY.

O código penal português aplicado à época era o texto do Livro V das Ordenações Filipinas<sup>3</sup>. Conforme Fernando Salla (apud MAIA, 2009, p. 184), as penas previstas para os crimes que constam das Ordenações não correspondiam somente à prisão, pois não havia o entendimento da ressocialização, mas sim da punição ao criminoso. Portanto a cadeia era o espaço de transição, o local onde o acusado sentenciado culpado, aguardava encarcerado o cumprimento da pena, que dependendo da tipificação do crime estaria submetido a um rol de punições que incluía trabalhos forçados, castigos públicos e nos casos mais extremos o enforcamento. Aos olhos da coroa, a construção de uma cadeia “segura”, ou seja, a prova de fugas, era garantia de punição ao condenado e simbolicamente deveria refletir na sociedade colonial o temor ao poder real.

---

<sup>3</sup> As Ordenações Filipinas entraram em vigor no ano de 1603, o Livro V foi utilizado como código penal até 1830. (MAIA, op. cit., p. 183)



Para a construção da nova cadeia foi necessário a demolição da anterior, sugerindo que o novo prédio foi edificado sobre as bases do antigo, é o que revela o ofício-resposta enviado em 30 de abril de 1765 pelo governador João Manoel de Mello ao desembargador Manuel da Fonseca Brandão<sup>4</sup>, em trecho transcrito, a seguir. O novo empreendimento suscitou arranjos necessários para resolver o destino dado aos presos. Talvez por medida de segurança, o primeiro cômodo construído foi a casa forte, a enxovia, destinada ao confinamento dos presos considerados autores de crimes graves, enquanto os demais aguardavam o término das obras encarcerados em casas alugadas.

Na carta *que* hontem a tarde recebi, me representa vosmercê, *que* para reedificar a Cadea publi-  
ca desta Vila foy preciso demolir se a *que* havia, e *que* somente ficou a Casa forte feita de novo, *que* se a=  
cha chea de negros criminosos, e outros Reos de crimes graves, razoens porque se tomarem de alu=  
guar Humas Casas para prezos de outra qualidade

João Manoel de Mello assumiu o governo interrompendo a gestão do conde de São Miguel, Álvaro Xavier Botelho (1755-1759). O novo governador promoveu diligências e capturas ao conde e seus funcionários, denunciados por causar graves prejuízos à real fazenda e danos ao povo. Nas do historiador e governador de Goiás<sup>5</sup> José Martins Pereira de Alencastre, expressas na obra *Annaes da Província de Goyaz*, a administração de São Miguel era dada a “prevaricações e as topitudes praticadas pelos agentes fiscais e autoridades judiciárias, e o estado de uma administração tão desmoralizadora, aconselharam a nomeação de um governador enérgico e severo, que a males tão extremos opusesse extremos remédios” (ALENCASTRE, 1979, p. 137). O próprio governador João Manoel de Mello confidenciou a um amigo a época de sua nomeação para Goiás, “affirmo-vos *que* se soubera para onde vinha *que* pedia de joelhos ao Senhor Conde de oeiras *que* memandasse antes para o Japam. esta capitania alem de ser mal creada, se lhe tem introdozido taõ pessimos abuzos nestes ultimos annos *que* está totalmente pervertida”<sup>6</sup>.

Eram incontáveis os desmandos e o estado de corrupção existente, o novo governo apoiado pelo soberano português, cassou cargos, patentes e direitos, para coibir e punir novos delitos estabeleceu medidas como a criação das juntas de fazenda e da justiça, montagem da força e construção de Casas da Câmara e Cadeia na capital e em alguns arraiais, e promoveu o castigo aos setenciados.

Manifestava o desembargador<sup>7</sup> a preocupação com o local mais adequado para manter os presos da devassa promovida pelo governador contra a administração do seu antecessor. Brandão já se encontrava na capitania de Goiás desde 1762 cumprindo as ordens diretas do rei D. José I, que o incumbiu de prender os acusados e levar à cadeia do Rio de Janeiro, dali à do Limoeiro em Lisboa (Portugal), o que realizou no ano de 1765.

Em 18 de julho de 1766, as obras da nova Casa de Câmara e Cadeia estavam praticamente concluídas. O ouvidor geral de Goiás, desembargador Antônio José de Araújo e Sousa, remeteu de Vila Boa ao

---

<sup>4</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 21, D. 1278.

<sup>5</sup> Governou no período de 1861-1862.

<sup>6</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 17, D. 985.

<sup>7</sup> Manuel da Fonseca Brandão era desembargador da relação do Rio de Janeiro, estava em Vila Boa a mando do rei.

rei D. José I a planta do novo prédio, provavelmente para ilustrar ao soberano português o que havia sido feito. O que parece indicar que o projeto da Casa de Câmara e Cadeia não foi feito em Portugal, mas sim no Brasil, talvez elaborado em plena Vila Boa, capital da capitania de Goiás. Para José Leme Galvão Junior, é possível que o projeto tenha sido enviado do Rio de Janeiro, também não descarta a possibilidade de ter se originado em Lisboa<sup>8</sup>. Já Gustavo Neiva Coelho (2001, p. 27) é categórico ao afirmar que o edifício obedeceu a um projeto específico mandado pela corte portuguesa. No entanto, Tedim Barreto comenta que há registros de prospectos e apontamentos de Casas de Câmara e Cadeia feitos por governadores, ouvidores e naturalmente por engenheiros, como exemplo, cita o projeto da Casa de Câmara de Vila Rica, feito em 1786, de autoria do governador Luís da Cunha Meneses<sup>9</sup>. O projeto da Casa de Câmara e Cadeia de Paranaguá (1721) é de autoria do ouvidor Rafael Pardinho, como também é do ouvidor Xavier Monteiro a Casa de Câmara e Cadeia de Porto Seguro (fim do séc. XVIII). Portanto, não seria de se estranhar, ou pelo menos supor, que a Casa de Câmara de Goiás seja de autoria do ouvidor Antônio José de Araújo e Sousa, o que justificaria o envio da planta ao rei de Portugal, com participação do governador João Manoel de Mello.

Próximo a conclusão do edifício, o ouvidor Antônio José de Araújo e Souza, escreveu ao rei informando o estágio que se encontrava a obra<sup>10</sup>.

Senhor  
Foi Vossa Magestade servido pela Carta de 27  
de outubro de 1761 detreminar, que para  
se conservar a pás e soçego publico; e  
edificarem Cadejas tam fortes, que detas  
não pudesem fogir os criminosos, apli-  
cando-se para as despesas os Rendimen-  
tos dos Concelhos, cuja deligência para a sua  
execução, me cometeo o Governador,  
e Capitam General desta Capitania.  
E porque  
a Cadeja desta vila, era alem de muito pequena  
sem segurança alguma, e a Caza da  
Camara terrea, e sem a formalidade  
necesaria; Logo entrei a fazela com a bre-  
vidade possivel aqual, hé a mais forte  
que se acha em Minas, e muito espaçozza,  
com todas as Comodidades preçizas, e no  
quarto alto fica a Caza da Camara, au-  
diencia, e Salas livres, cuja planta hé  
a que Remeto a Vossa Magestade e se acha quazi com-  
pleta.  
Tambem nos Arrayaes de Pilar, e  
Meyaponte se estão fazendo de prezente  
Cadejas fortes á porpuração dos mesmos,  
e as mais se Mandem fortificar, na forma  
possivel.  
A que exponho a Vossa Magestade para Cons-  
tar da execução, e detreminar, o que for ser-  
vido Vila boa 18 de Julho de 1766  
<O Dezembargador que serve de Ouvidor Geral da Comarca de Gojás>  
Antonio Jozé de Araujo e Souza

<sup>8</sup> Museu das Bandeiras. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br>>, acessado em dezembro de 2009.

<sup>9</sup> Foi governador da capitania de Goiás no período de 1778-1783.

<sup>10</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 22, D. 1384



Anexo ao texto da carta do ouvidor ao rei, seguiu a planta da nova Casa de Câmara e Cadeia<sup>11</sup>, as plantas do interior e o desenho das fachadas principal e lateral, com destaque para o brasão português e a torre sineira com a figura do galo de grimpá<sup>12</sup> (Figura 7).

O programa da Casa de Câmara e Cadeia de Vila Boa, obedecia o uso geral dado a esse tipo de estabelecimento público, ou seja, o piso térreo destinado a prisão e o andar superior reservado às salas da assembleia e do judiciário. Conforme a planta de 1766, o piso térreo, ou *Plano baxo*, reunia em seu espaço a entrada do edifício, com a escada de aroeira que levava ao segundo pavimento, ao lado direito do salão de entrada, com uma porta de acesso, estava a *Cadea de mulherez*. Os dois extremos do pavimento eram destinados as *Enxovias fortes*, o calabouço da prisão, no qual o preso que tinha o infeliz destino de ocupar essas celas era a elas introduzidos por uma escadas que desciam de alçapões localizados no andar de cima. Segundo o dicionário Houaiss, o termo enxovia tem o mesmo significado que masmorra, uma prisão úmida, escura e insalubre, semelhante a definição de Bluteau (1712-1728), enxovia: prisão baixa e escura. Interessante contribuição fornece Silva Pinto (1832), em que o termo enxovia além de cárcere rente a rua, ou abaixo do seu nível, escura e úmida, também designa a aldeia de mouros denominados enxovios, aqueles que habitaram entre os espanhóis, e adquiriram costumes e alteraram a linguagem com vocábulos desse povo. Na parte posterior do piso térreo, após a entrada, localizava-se a *Caza do carcereiro*, que segundo Araújo (apud MAIA, 2009, p. 228) tratava-se de uma cela especial, com algum “conforto”, reservada para o preso que pudesse pagar, a renda desse espaço contribuía para a administração do cárcere, já para Barreto (op. cit., p. 396), a casa do carcereiro era o cômodo destinado ao abrigo de tal funcionário. Ao lado da cela do carcereiro um corredor com uma janela para a enxovia, ao final outra cela, a *Prizaõ partecullar*, talvez uma cela privada, individual.

No pavimento superior, o *Plano alto*, localiza-se as importantes e espaçosas salas da câmara e da audiência, com os alçapões pelos quais os presos por escadas desciam para as enxovias. No gráfico para o andar também havia destinação de uma cela para mulheres, a *salla livre* para presos com qualificação, presos que possuíam *menagen*, conforme Houaiss era o “benefício que consiste em prisão sob palavra, e pelo qual o indivíduo acusado não é encarcerado, sendo obrigado, no entanto, a permanecer no lugar em que exerce suas atividades”. Outras dependências como a *Salla de entrada* e *Salla de espera*, compunham o andar, faltando somente o *Oratorio*, a prisão destinada aos condenados a força que ali passariam seus os últimos dias em prece, amparados pela religião.

Após a descrição da tipologia das prisões e salas, voltamos a carta para comentar a menção a construção de novas cadeias nos arraiais de Pilar<sup>13</sup> e Meyaponte (atual Pirenópolis). O comentário do ouvidor, sugere uma revisão no que até o momento tem sido considerado pela historiografia sobre a cadeia, ou cadeias, em Meyaponte. Conforme escreveu o historiador pirenopolino Jarbas Jayme, a Casa de Câmara e Cadeia de Meyaponte com seus dois pavimentos teria sido construída em 1733, seu argumento foi embasado num expediente do governador D. Antônio Luiz Távora, conde de Sarzedas, datado de 8 de outubro de 1733, e por

<sup>11</sup> AHU\_ACL\_CARTm\_008, D. 0869/0870/0871

<sup>12</sup> Lâmina móvel de um cata-vento, ger. metálica, que, no alto de torres, casas etc., gira em torno de um eixo vertical e se destina a indicar a orientação do vento. (Dicionário Houaiss).

<sup>13</sup> Os juizes do julgado de Pilar, enviaram carta ao rei D. José I, datada de 24 d março de 1762, solicitando a construção de cadeia e casa do conselho, entre outras melhorias, as custa do rendimento do Conselho. (AHU\_ACL\_CU\_008\_Cx. 18\_D. 1077.)

Jayme reproduzido em sua obra *Esboço Histórico de Pirenópolis*: “Pello q` toca a obra da cadeia q` Vmce. poz em praça para se arrematar, me parece acertado, como também a aplicação que lhe fez para o seu pagamento”. (1971, p. 131)

Os documentos analisados no contexto do século XVIII, levam a entender que a cadeia autorizada pelo conde de Sarzedas em 1733, deveria ser um prédio térreo mais adequado a um arraial em seus primeiros anos, no qual concentrava os braços escravos nas datas mineradoras e não na construção de grandes prédios. Corroborar esse entendimento, o ofício datado de 12 de julho de 1766, enviado pelo ouvidor Antônio José de Araújo e Sousa ao secretário de estado da marinha e ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, no qual, entre outros assuntos comunica a conclusão da obra da Câmara e Cadeia de Vila Boa, e o andamento das obras dos prédios de Meyaponte e Pilar e anuncia para breve o início da construção da Casa de Traíras<sup>14</sup>.

Acha-se Completa a obra da Ca-  
deja desta Vila e dizem ser a mais forte, que se acha em Mi-  
nas, e Com todas as Comodidades precisas, em forma, que  
nela se podem Conservar os prezos Com segurança; sem  
aquela multidão de ferros, Com que se Costumavaõ opri-  
mir, alem de actarem prezos em tronco, com vexação  
grande, nos alto fica a Caza da Camara, audiencia  
salas livres, para alguns prezos mais destintos, nos Ar-  
rajaes da Meja-ponte, se estaõ actualmente fazendo  
e no de Pilar, com a mesma fortalezas, anidas, que mais  
pequenas, constantemente as tem as, nete [neste] totalmente a não havia  
e se alugavaõ huás Cazas ahestas, e naquela só ti-  
nha o nome de Cadeja, sem segurança alguá; e no de  
Trajras se ha de principiar com brevidade, e assim se  
tem despendido o Rendimento dos Conselhos na forma que Sua Magestade  
ordena.

Diferentemente, para Jayme o sobrado edificado na praça da igreja matriz, teria sido a primeira Casa de Câmara e Cadeia de Pirenópolis, tendo resistido entre obras de restauro durante os séculos XVIII e XIX, quando finalmente por volta de 1919 foi demolida e uma nova cadeia foi construída perto da ponte do Carmo, hoje não mais como presídio e sim um museu, patrimônio histórico de Pirenópolis e de Goiás. Portanto Jarbas Jayme relaciona duas Casas de Câmara e Cadeia, mas, considerando a carta do ouvidor Antonio Jozé de Araujo e Souza inferimos a existência de um outro edifício, acreditamos que era a Casa de dois pavimentos na praça da matriz, em construção por volta do ano de 1766 seguindo instruções do rei D. José I<sup>15</sup>. Sendo assim, essa seria, portanto a segunda Casa de Câmara e Cadeia (Figura 8), e não a primeira conforme comentado por Jarbas Jayme.

A primitiva e insegura cadeia de Meyaponte deveria ter desenho semelhante a do arraial de Sant'Anna, térrea e simples, o suficiente para os primeiros anos da exploração do ouro em que arraiais surgiam e desapareciam em meio a constante migração

A Casa de Vila Boa tinha então sua nova cadeia forte, para a “comodidade” dos presos espaçosas enxovias térreas, verdadeiros calabouços, e no andar superior as amplas salas das audiências. O edifício tornou-se ícone da justiça e da administração de Portugal na capitania de Goiás, e referência para a

<sup>14</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 22, D. 1370.

<sup>15</sup> AHU\_D. 1060, documento citado.

reforma e construção de outros edifícios com igual função realizada no governo de João Manoel de Mello. Em 1881, Joaquim de Almeida Leite Moraes<sup>16</sup> (1995, p. 107-108) descreve:

A capital é uma cidade de 5 a 6 mil habitantes. Casas, em geral, pequenas, mal construídas, simplesmente caiadas; janelas de veneziana de madeira; muitas vidraças de malacachetas; ruas estreitas, tortuosas, mal calçadas; perspectiva geral – decadente, antiga, secular. O melhor edifício que ali se encontra é o próprio nacional, situado no largo do Palácio, construído ainda pelos Távoras, e onde funciona a tesouraria geral. O largo da Cadeia é uma bonita praça; arborizada, será magnífica. Neste largo estão a cadeia e o quartel. A cadeia, como edifício público, é um dos melhores, pela sólida construção e exterioridade decente. O quartel um edifício de forma antiqüíssima, sem as precisas acomodações.

O governador João Manoel de Mello pretendia garantir a ordem e a segurança, em meio a efêmera efervescência da mineração aurífera e a consolidação dos núcleos urbanos e da própria capitania, adotando medidas como a construção do prédio-cárcere, a criação da junta da real fazenda composta pelo governador, que a presidia, mais o provedor da fazenda, o ouvidor da comarca e o dois vereadores mais antigos, que deveriam manter o controle das finanças da capitania, e depositar os rendimentos em um cofre de três chaves para maior segurança do erário real. Significativa e importante intervenção promoveu o governador na desorganização militar, com efeito em volumes de patentes distribuídas e outras não confirmadas pelo seu antecessor. João Manoel de Mello, para a organização do corpo militar, empreendeu suspensão de postos e patentes, e criou o regimento de cavalaria auxiliar.

O conjunto de medidas tomadas pelo governador subscreviam o projeto reformista para as colônias portuguesas proposto pelo despotismo esclarecido do marquês de Pombal, que entendia a necessidade da extensão territorial, o fortalecimento das estruturas administrativa, judicial e militar, com o propósito de garantir o poder absoluto da monarquia.

O governador que preferia ter sido enviado ao Japão a enfrentar os problemas da capitania de Goiás, governou durante dez anos, nove meses e seis dias, quando faleceu por ataque de apoplexia, as três e meia da tarde do dia 13 de março de 1770<sup>17</sup>, e seu corpo foi enterrado na igreja matriz de Vila Boa conforme seu desejo expresso em testamento.

### **Considerações finais**

A atual cidade de Goiás, juntamente com outros centros goianos, faz parte do legado do ciclo do ouro e, segundo o IBGE, em 2005, sua população estimada era de 26.705 habitantes. Os objetivos da pesquisa são a revisão, com base em fontes documentais, da autoria e dos argumentos que motivaram a construção do prédio da Casa de Câmara e Cadeia no século XVIII, na então sede da Capitania de Goiás. Como metodologia, utilizou-se a revisão da bibliografia sobre a Casa de Câmara e Cadeia de Goiás e a pesquisa em documentos manuscritos e iconográficos referentes a Capitania de Goiás, encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino. Contrariando praticamente todos os autores que, até agora, se debruçaram sobre o assunto, as pesquisas indicam que o projeto da Casa de Câmara e Cadeia não foi feito em Portugal, mas sim no Brasil, talvez elaborado em plena Vila Boa, capital da Capitania de Goiás. As informações resultantes da análise dos

---

<sup>16</sup> Foi presidente da Província de Goiás, em 1881.

<sup>17</sup> AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 25, D. 1586.

textos de autores selecionados, confrontadas com os documentos do acervo Ultramarino, revelaram contradições e levaram à constatação da necessidade de revisitar os dados históricos e reavaliar a participação de personagens históricos. Esta pesquisa contribui para o enriquecimento de informação a ser utilizado pelo Museu das Bandeiras, como também para o inventário dos imóveis tombados pelo IPHAN e para a catalogação de acervos na Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate, ampliando as informações documentais e favorecendo instituições e pesquisadores.

### **Referências bibliográficas**

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. Anais da Província de Goiás: 1863. Brasília: Sudeco; Goiânia: Governo de Goiás, 1979.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO - AHU. Projeto Resgate. Disponível em: <<http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>>. Acesso em: 8 dezembro 2009.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CARTm\_008, D. 0869/0870/0871.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 4, D. 300.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 17, D. 985.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 18, D. 1060.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008\_Cx. 18\_D. 1077.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 21, D. 1278.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 22, D. 1370.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 22, D. 1384.

\_\_\_\_\_. AHU\_ACL\_CU\_008, Cx. 25, D. 1586.

BARRETO, Paulo Tedim. *Casas de Câmara e Cadeia* In: IPHAN. *Arquitetura Oficial I*. São Paulo: FAUUSP: MEC-IPHAN, 1978.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em: 23 maio 2010.

COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás: Vila Boa*. Goiânia: Trilhar Urbana, 2001. v. 1.

FRANCO JUNIOR, Hilário. *A idade média: nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GALVÃO JÚNIOR, José Leme. *Antiga Casa de Câmara e Cadeia da cidade de Goiás*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 10 de abril de 2010.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: manual de preenchimento*. Brasília: Senado Federal, 2007. v. 82,

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN; Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira – FUNPEL. *Dossiê de Goiás*. Goiânia, 2000.

JAYME, Jarbas; JAYME, José Sisenando. *Pirenópolis Casas dos Homens*. Goiânia: UCG, 2002. v. 2.

JAYME, Jarbas. *Esboço Histórico de Pirenópolis*. Goiânia: UFG, 1971.

- MARTINS, Fátima de Macedo. Arquitetura vernacular de Goiás: análise de um patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e urbanismo, Universidade de Brasília, 2004.
- MAIA, Clarissa Nunes (Org.). História das prisões no Brasil. Rio de Janeiro: ROCCO, 2009. v. 1.
- MORAES, Hamilton Brito. Museu das Bandeiras: a história viva. Goiânia: Kelps, 2007.
- MORAES, Joaquim de Almeida Leite. Apontamentos de viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. História de Goiás em documentos: I. Colônia. Goiânia: UFG, 2001.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>>. Acesso em: 23 maio 2010.
- REIS, Nestor Goulart. Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

ILUSTRAÇÕES



Fig. 1: A Domus Municipalis, Concelho de Bragança, freguesia de Santa Maria, [ca.séc. XV] dupla funcionalidade: sala do Conselho Municipal e cisterna. Fonte: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPAR).





Fig. 2: Paços dos Concelhos - 1. Castelo Novo (séc. XV); 2. Ponta Delgada (séc. XVII – XVIII); 3. Vila Viçosa (séc. XVIII); 4. Paços de Ferreira (séc. XX). Fonte: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico (IPPAR).

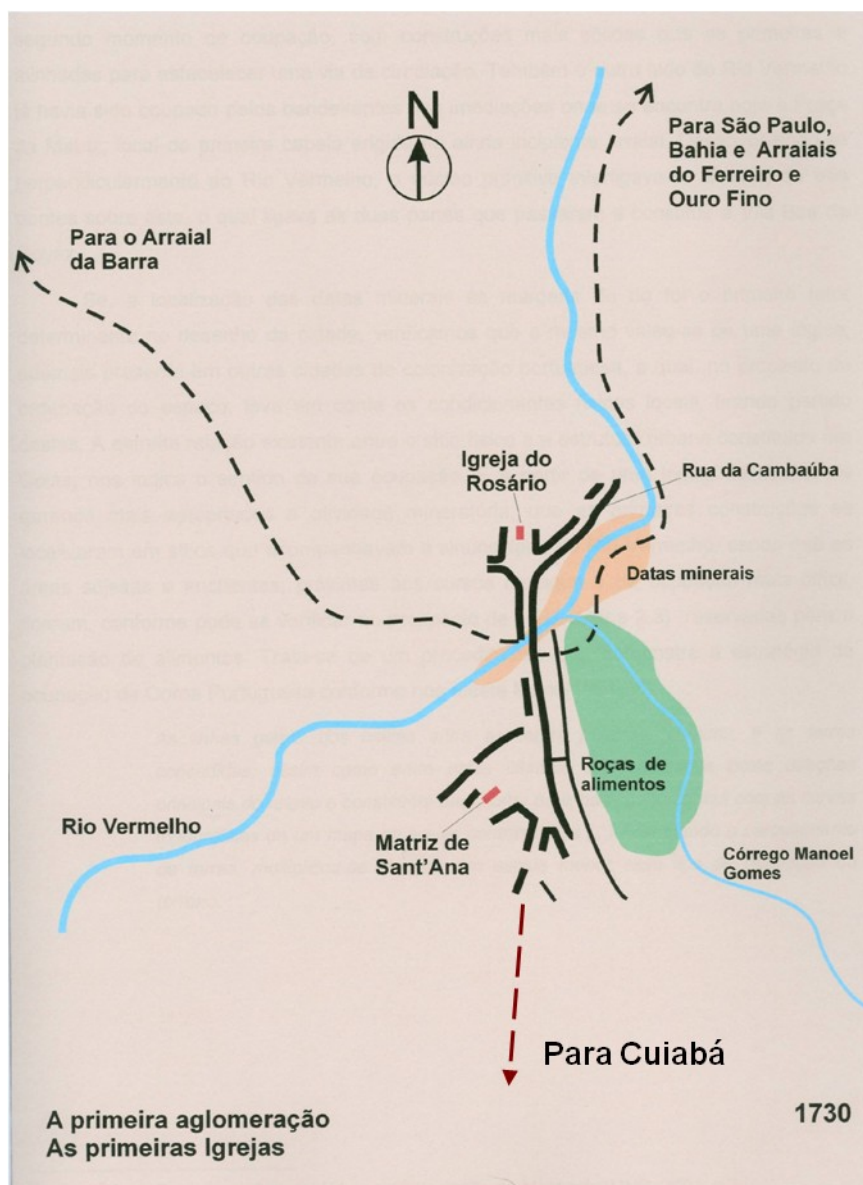


Fig. 3: O Arraial de Santana em 1730, com o sentido do caminho para Cuiabá (Adaptação de MARTINS, 2004).

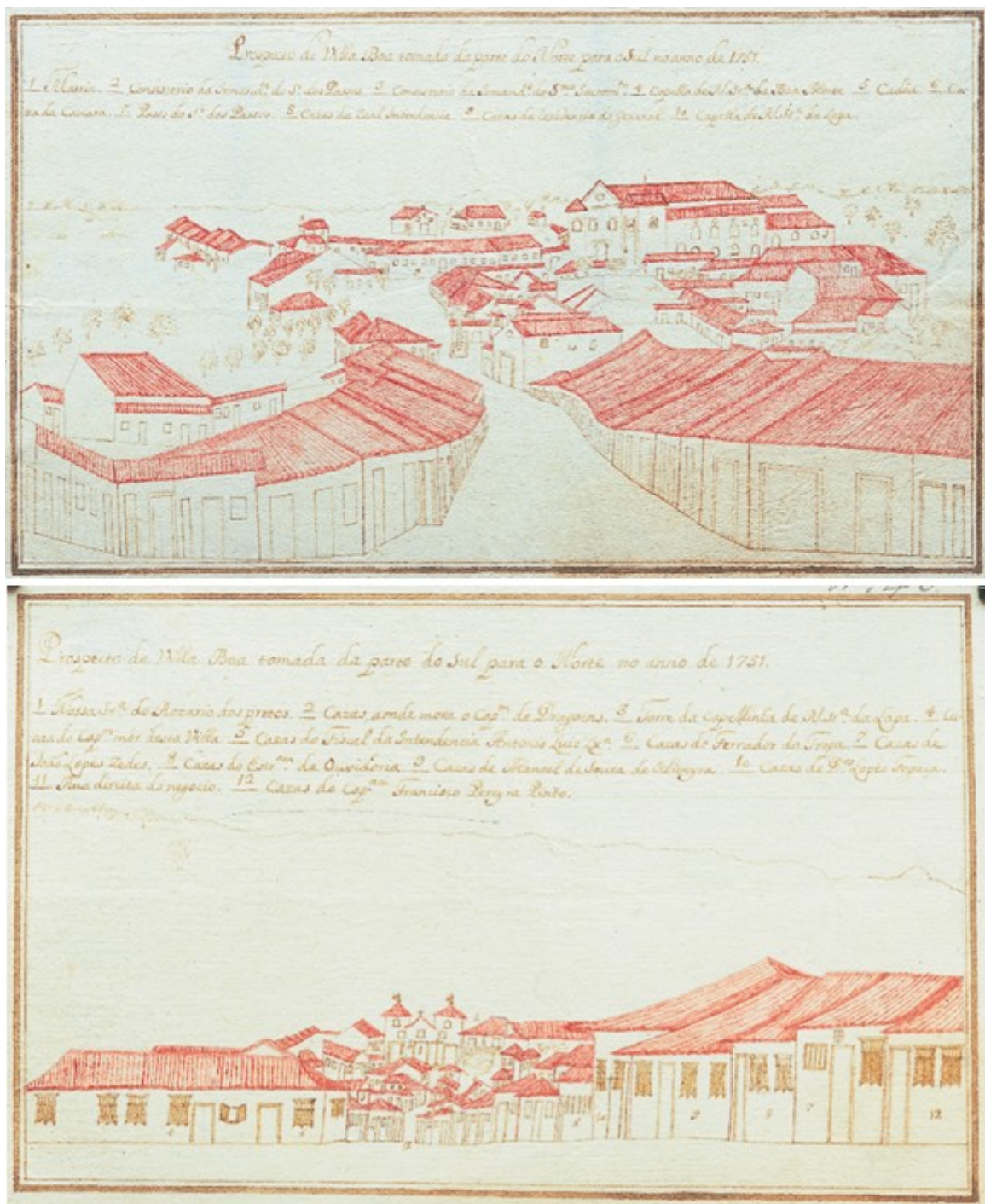


Fig. 4: Na imagem acima o casario e os prédios religiosos, ao fundo a primitiva Casa de Câmara e Cadeia, térrea. Na imagem abaixo, a visão da praça da matriz para a igreja do Rosário dos Pretos. Fonte: REIS, 2000, p. 239.





**Fig. 5:** A Casa de Câmara e Cadeia (seta vermelha), construída entre 1761 e 1766. O novo prédio com dois pavimentos substituiu o anterior menor e com pavimento térreo. Fonte: REIS, 2000, p. 237.



**Fig. 6:** Câmara e Cadeia de Vila Boa, representada nos *Prospectos de Vila Boa em 1751*. Fonte: REIS, 2000, p. 239.

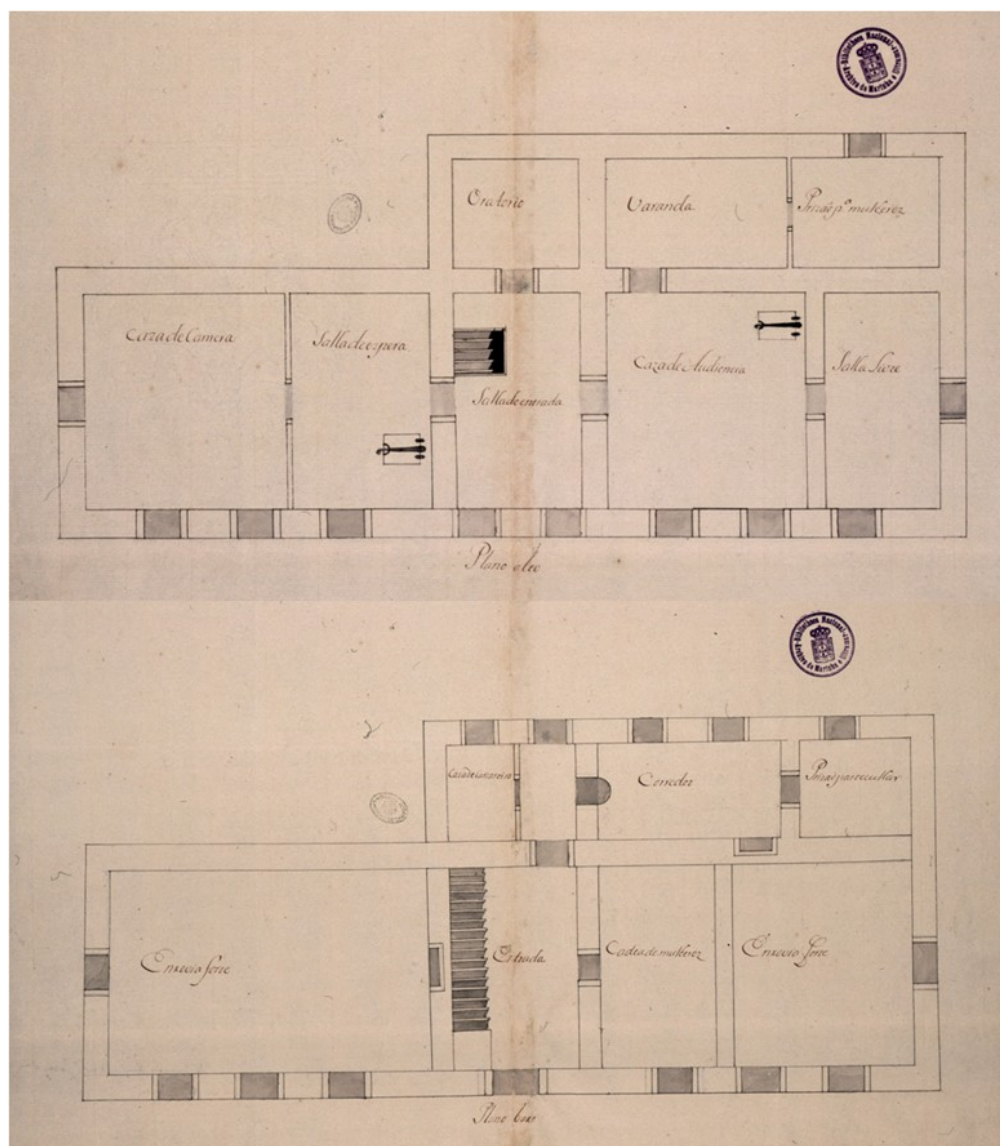


Fig. 7: A planta da Casa de Câmara e Cadeia, enviada anexa a carta do ouvidor-geral de Goiás ao rei português. Nas plantas do interior do edifício, a que está ao lado esquerdo trata-se do piso inferior e a do lado direito o piso superior.



**Fig. 8: Conforme o documento do ouvidor, essa seria a Câmara e Cadeia edificada por volta de 1766. Imagens: Tonico do Padre -1890, acervo do Museu da Família Pompeu (Pirenópolis).**